
Reunião Ordinária – Ata nº 01/2015

Data – 2015-01-06

Início – 09.30 horas

Local – Cidade de Abrantes, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho

Termo – 10.05 horas

Presenças:

Presidente

Maria do Céu de Oliveira Antunes Albuquerque

Vereadores

João Carlos Caseiro Gomes

Celeste Maria Ferreira Riachos Simão

Manuel Jorge Séneca da Luz Valamatos Reis

Luis Filipe Correia Dias

Elza Rufina Afonso de Jesus Vitório

Ricardina Dias Pires Fernandes Lourenço (em substituição)

A Técnica Superior – Catarina Alexandra Justino Santos



Falta justificada: Não esteve presente, por motivos pessoais, o vereador Avelino Manuel Conceição Manana.



Resumo Diário da Tesouraria de 05-01-2015:

a) Dotações Orçamentais.....	€5.787.938,76
b) Dotações não Orçamentais.....	€115.698,10

Total das Disponibilidades €5.903.636,86



Não podendo estar presente na reunião, por motivos pessoais, o Vereador eleito pela CDU, Avelino Manuel Conceição Manana, manifestou à Presidente da Câmara, previamente à reunião, a sua vontade de se fazer substituir pela cidadã imediatamente a seguir na ordem da lista da CDU apresentada às Eleições Autárquicas de 2013, Ricardina Dias Pires Fernandes Lourenço.

Desta forma, dando cumprimento ao previsto nos artigos 78º e 79º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, verificando-

-se que Ricardina Dias Pires Fernandes Lourenço se encontrava no edifício dos Paços do Concelho, foi a mesma convocada e, não tendo recusado a substituição, passou a tomar parte da reunião.



A Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, quando eram nove horas e trinta minutos.

Foi aprovada, por maioria, com a abstenção da Vereadora da CDU, Ricardina Lourenço, por não ter estado presente, a parte da ata relativa às intervenções do executivo, da reunião anterior.

Foi dispensada a sua leitura, por ter sido distribuída previamente a todos os membros da Câmara Municipal.



INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DO EXECUTIVO ANTES DA ORDEM DO DIA (artigo 52º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro)

PRESIDENTE DA CÂMARA

A Presidente da Câmara começou por desejar a todos os presentes um bom ano de 2015, principalmente com muita saúde.
Esse desejo foi agradecido e retribuído por todos.



Deu conhecimento da realização, no próximo dia 17 de janeiro, pelas 21:00 horas, na Igreja de São Vicente, do Concerto de Natal, com a presença do Coro do Teatro Nacional de São Carlos.

Tomado conhecimento.



Apresentou e distribuiu exemplares do livro que assinala a obra do arquiteto Carrilho da Graça, referindo que a autarquia apoiou a edição do mesmo, através da aquisição de alguns exemplares.

Tomado conhecimento.

A Presidente da Câmara deu conta de um e-mail do Presidente do Conselho da Comunidade do ACES no qual manifesta a sua preocupação com a redução do número de horas de prestação de serviços médicos.

Aproveitou para fazer alusão à vinda de médicos cubanos para o concelho de Abrantes.

Tomado conhecimento.



Em seguida, apresentou uma nota, que se anexa à presente ata, sobre a posição da Câmara Municipal relativamente à passagem de filmes pela Associação Cultural Palha de Abrantes no Cineteatro São Pedro.

Salientou que não existe qualquer razão para que a autarquia deixe de apoiar o cine-clube Espalhafitas, nem impedir a passagem de filmes alternativos; apenas se pretende a redução de custos de funcionamento, com a utilização de uma sala mais pequena, já que a utilização do Cineteatro São Pedro acarreta despesas avultadas.

Tomado conhecimento.



A Presidente da Câmara referiu-se ao recente falecimento do Arquiteto Duarte Castel-Branco, informando que o funeral se realiza hoje, dia 6 de janeiro, em Lisboa.

Pese embora o executivo esteja impossibilitado de deliberar sobre assuntos não incluídos na ordem de trabalhos, manifestou a sua vontade em aprovar um voto de pesar pelo falecimento e o envio de condolências à família enlutada.

Todos os presentes manifestaram a sua concordância.



VEREADOR LUIS DIAS

O vereador Luís Dias apresentou o resumo quinzenal dos diversos eventos a levar a efeito pelos serviços municipais para as áreas de desporto, cultura, turismo, museus e património, bibliotecas e arquivo e juventude, no período de 6 a 19 de janeiro de 2015. – 202944

Tomado conhecimento.

ORDEM DO DIA

(artigo 53º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro)

Divisão de Planeamento Estratégico e Gestão do Capital Humano

Nº 01 – Proposta de Deliberação do Vereador e vice-Presidente da Câmara, João Gomes, remetendo para ratificação o seu despacho, de 17 de dezembro de 2014, que aprovou a emissão de certidão com vista ao registo do terreno adquirido à Celulose Beira Industrial (CELBI), S.A., já que, uma vez que a área adquirida não coincide com a área inscrita e a registo, é necessário certificar-se que, dos 8.150 m² adquiridos para a regularização do Centro Escolar de Rio-de-Moinhos, 491 m² foram incorporados no domínio público municipal, nomeadamente em estacionamento e arruamento. – 184290

Tratando-se de competência da câmara municipal, mas não podendo este órgão reunir extraordinariamente, exerceu o Vice-Presidente da Câmara essa competência, sujeitando esse ato a ratificação, nos termos do disposto no n.º 3 do artº 35 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Deliberação: Por unanimidade, ratificar o despacho do vice-Presidente da Câmara que aprovou a emissão de certidão com vista ao registo do terreno adquirido à Celulose Beira Industrial (CELBI), S.A..



Divisão de Gestão Financeira e Administrativa

Nº 02 – Para conhecimento, o Vereador e vice-Presidente da Câmara, João Gomes, remete um ofício da Valnor – Valorização e Tratamento de Resíduos, S.A. que, em conformidade com a deliberação tomada na Assembleia geral de 11 de março de 2014, remete um cheque no valor de 63.331,62€ (sessenta e três mil trezentos e trinta e um euros e sessenta e dois cêntimos), referente aos dividendos relativos ao exercício de 2013.

Mais refere que, ao valor total do dividendo, que totalizou 80.677,22€ (oitenta mil seiscentos e setenta e sete euros e vinte e dois cêntimos), foram retidos 17.345,60€ (dezassete mil trezentos e quarenta e cinco euros e sessenta cêntimos), a título de imposto e entregue diretamente pela empresa nos cofres do estado. – 202299

Tomado conhecimento.



Nº 03 – Proposta de Deliberação do Vereador e vice-Presidente da Câmara, João Gomes, remetendo para ratificação o seu despacho, datado de 23 de dezembro de 2014, que aprovou a atribuição de subsídio ao Centro Social do Pessoal do Município de Abrantes, no âmbito do protocolo celebrado com essa entidade, no montante estimado em 1.110,00€ (mil cento e

dez euros), com vista ao fornecimento de refeições aos participantes nas Férias Jovens - Natal 2014. – 201085

Tratando-se de competência da câmara municipal, mas não podendo este órgão reunir extraordinariamente, exerceu o Vice-Presidente da Câmara essa competência, sujeitando esse ato a ratificação, nos termos do disposto no n.º 3 do artº 35 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Deliberação: Por unanimidade, ratificar o despacho do vice-Presidente da Câmara que aprovou a atribuição de subsídio ao Centro Social do Pessoal do Município de Abrantes, no montante estimado em 1.110,00€ (mil cento e dez euros), para fornecimento de refeições aos participantes nas Férias Jovens - Natal 2014.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 04 – Proposta de Deliberação do Vereador e vice-Presidente da Câmara, João Gomes, remetendo para ratificação o seu despacho, datado de 23 de dezembro de 2014, que aprovou a atribuição de apoio a munícipe residente na freguesia do Pego, nomeadamente através da assunção da despesa com a aquisição de serviços de desinfestação em habitação com poucas condições de habitabilidade e salubridade, no valor de 140.00€ (cento e quarenta euros), acrescidos de IVA. – 192842

Tratando-se de competência da câmara municipal, mas não podendo este órgão reunir extraordinariamente, exerceu o Vice-Presidente da Câmara essa competência, sujeitando esse ato a ratificação, nos termos do disposto no n.º 3 do artº 35 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Deliberação: Por unanimidade, ratificar o despacho do vice-Presidente da Câmara que aprovou a assunção da despesa com a aquisição de serviços de desinfestação em habitação com poucas condições de habitabilidade e salubridade, no valor de 140.00€ (cento e quarenta euros), acrescidos de IVA, a título de apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade, nos termos da alínea v) do nº 1 do artº 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 05 – Proposta de Deliberação do Vereador e vice-Presidente da Câmara, João Gomes, no seguimento da informação da Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Administrativa, que dá conta que o IIEP – Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P. formulou um convite para apresentação de proposta, no âmbito de um Ajuste Direto Regime Simplificado, para celebração de contrato com vista a utilização de 2 salas do Estádio Municipal

de Abrantes, para realização de ações de formação inseridas na modalidade EFA e Vida Ativa. - 201635

O período de utilização será o mês de janeiro para uma das salas e entre janeiro e junho para outra sala (todos os dias úteis, em período laboral (9h às 18h).

Apresentam como preço base do procedimento 2.450,00€, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.

Nos termos da alínea i) do nº 1 do artº 64º do Regulamento de Licenças e Tabela de Taxas do Município de Abrantes em vigor, o custo hora por dia útil da sala é de 10,43€, acrescido de IVA a taxa legal em vigor. Considerando, os dias previstos, tal significaria um montante total a cobrar de cerca de 13.611,15€, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.

Mais refere que como o espaço está sob a incidência do Regulamento de Licenças e Tabela de Taxas e para se afastar o regime regra, terá de ser proferida deliberação da Câmara Municipal reduzindo parcialmente o valor, atendendo a que a entidade é pessoa coletiva de direito público, acrescentando-se que a atividade tem eminente interesse municipal, em razão de os formandos serem residentes, na maior parte, no concelho de Abrantes, e em regra de se retirar partido efetivo da utilização.

Neste sentido, o Vereador e vice-Presidente da Câmara, João Gomes remete para ratificação o despacho da Presidente da Câmara que aprovou o convite e o caderno de encargos apresentados, bem como a dispensa parcial do pagamento das taxas devidas, conforme previsto na alínea a) do artº 10º do Regulamento de Licenças e Tabela de Taxas do Município de Abrantes em vigor aceitando-se o pagamento de 2.450,00€ (dois mil quatrocentos e cinquenta euros) acrescidos de IVA, com os fundamentos acima referidos.

Tratando-se de competência da câmara municipal, mas não podendo este órgão reunir extraordinariamente, exerceu a Presidente da Câmara essa competência, sujeitando esse ato a ratificação, nos termos do disposto no n.º 3 do artº 35 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Deliberação: Por maioria, com o voto contra da Vereadora da CDU, Ricardina Lourenço, ratificar o referido despacho da Presidente da Câmara que aprovou o convite e caderno de encargos e a dispensa parcial do pagamento das taxas devidas, conforme previsto na alínea a) do artº 10º do Regulamento de Licenças e Tabela de Taxas do Município de Abrantes em vigor, aceitando-se o pagamento 2.450,00€ (dois mil quatrocentos e cinquenta euros) acrescidos de IVA, nos termos da informação da Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Administrativa de 23 de dezembro de 2014.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.

A Vereadora da CDU, Ricardina Lourenço, votou contra, por entender que deve ser o IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional, I.P., a suportar estes custos.

Nº 06 – Proposta de Deliberação do Vereador e vice-Presidente da Câmara, João Gomes, que, por motivos de simplificação e celeridade processuais, e procurando replicar solução idêntica preconizada para as entidades do Setor Público Administrativo, remete para aprovação proposição para que a Assembleia Municipal delibere, relativamente à Câmara Municipal: - 202674

1. Para os efeitos previstos na alínea c) do nº 1 do art 6º da Lei n.º 8/12, de 21 de Fevereiro, emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, nos casos seguintes:
 - a) Resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes das Grandes Opções do Plano;
 - b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58€ em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.
2. A assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia que ora se propõe, só poderá fazer-se quando, para além das condições previstas no número anterior, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei nº 8/12, de 21 de Fevereiro, e uma vez cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas.
3. Em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal deverá ser presente uma informação da qual constem os compromissos plurianuais assumidos, ao abrigo da autorização prévia genérica que ora se propõe.

Mais se propõe, a aprovação desta proposta em minuta e envio à Assembleia Municipal para apreciação nos termos da alínea c) do nº1 do artº 6 da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro.

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a presente proposta e submeter à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea c) do nº 1 do artº 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro.



Nº 07 - Proposta de Deliberação do Vereador e vice-Presidente da Câmara, João Gomes, na sequência de uma informação da Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Administrativa, datada de 17 de dezembro de 2014, que remete para aprovação o parecer prévio vinculativo, referente à renovação, por mais um ano, do contrato para "Aquisição de serviços de Revisão Legal das Contas do Município de Abrantes" com a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, "Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados, S.R.O.C., Lda." (Contrato nº 6/2013), pelo valor mensal de 1.060€ (mil e sessenta euros), acrescido de IVA, à taxa legal em vigor. - 96461

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o referido parecer prévio vinculativo, para renovação, por mais um ano, do contrato de "Aquisição de serviços de Revisão Legal das Contas do Município de Abrantes, com a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas "Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados, S.R.O.C., Lda." (Contrato nº 6/2013).

Nº 08 – Proposta de Deliberação do Vereador e vice-Presidente da Câmara, João Gomes, sobre uma informação da Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Administrativa, que dá conta que se verifica que no Parecer Prévio para "Aquisição de serviços para utilização de uma plataforma bilhética on line", aprovado pela Câmara Municipal, na reunião de 4 de novembro de 2014, não se contemplava a comissão a pagar pela venda de bilhetes na rede do adjudicatário, pelo que se procedeu agora à sua retificação, e se submete novamente à apreciação pelo órgão executivo. Assim, o preço base do procedimento para um ano de vigência de contrato ascende a 6.560,00€/ano, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, o qual se reparte da seguinte forma:

- a) 1.560,00€/ano (130,00€/mês), acrescidos de IVA, para cedência de utilização, manutenção e suporte técnico do software;
- b) 5.000,00€/ano, acrescidos de IVA, valor estimado para comissão de 4%, pela venda de bilhetes na rede do adjudicatário.

Mais refere que, para eventual vigência de contrato por 3 anos, o montante ascende a 19.680,00€, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor. – 194878

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a retificação ao parecer prévio vinculativo e ao montante da despesa plurianual, para "Aquisição de serviços para utilização de uma plataforma bilhética on line", aprovado pela Câmara Municipal, na reunião de 4 de novembro de 2014, nos termos e fundamento da informação da Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Administrativa.



Nº 09 – Proposta de Deliberação do Vereador e vice-Presidente da Câmara, João Gomes, remetendo para ratificação o seu despacho, datado de 29 de dezembro de 2014, que aprovou a minuta do contrato de Aquisição de Serviços de Proteção, Segurança e Vigilância de Edifícios Municipais do Concelho de Abrantes, a celebrar entre o Município de Abrantes e o Consórcio GIS – Segurança Privada, Unipessoal, Lda. e VIHUME, Lda, pelo de prazo de um ano, prorrogável por igual período, até ao limite legal de dois anos, e pelo valor mensal de 9.055,18€ (nove mil cinquenta e cinco euros e dezoito centimos), o que perfaz o valor para dois anos de 217.324,39€ (duzentos e dezassete mil trezentos e vinte e quatro euros e trinta e nove centimos), acrescido do IVA, à taxa legal em vigor. – 165659

Tratando-se de competência da câmara municipal, mas não podendo este órgão reunir extraordinariamente, exerceu o Vice-Presidente da Câmara essa competência, sujeitando esse ato a ratificação, nos termos do disposto no n.º 3 do artº 35 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Deliberação: Por unanimidade, ratificar o despacho do vice-Presidente da Câmara que aprovou a minuta do contrato de Aquisição de Serviços de Proteção, Segurança e Vigilância de Edifícios Municipais do Concelho de Abrantes, a celebrar entre o Município de Abrantes e o Consórcio GIS – Segurança Privada, Unipessoal, Lda. e VIHUME, Lda..

Nº 10 – Proposta de Deliberação do Vereador e vice-Presidente da Câmara, João Gomes, acerca de informação da Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Administrativa, no seguimento da exposição apresentada, em sede de audiência prévia, pela empresa Naxol – Mobiliário de Escritório, Construção e Decoração de Interiores, Lda., na qual solicita a revisão da decisão de indemnização por incumprimento do contrato celebrado para aquisição de mobiliário escolar, tomada por deliberação da Câmara Municipal de 26 de agosto de 2014. - 50729

Refere que o júri do concurso público nº 100/2011 – Fornecimento de mobiliário para escolas do 1º ciclo e jardins-de-infância do concelho de Abrantes, reapreciou o processo à luz do disposto no Caderno de Encargos e no Código dos Contratos Públicos e elaborou novo relatório no qual sugere a retificação do valor da indemnização para o montante de 1.655,08€ e a revogação da deliberação de 26.08.2014.

Deliberação: Por unanimidade, nos termos e com os fundamentos do relatório do júri do procedimento (concurso público nº 100/2011 – Fornecimento de mobiliário para escolas do 1º ciclo e jardins-de-infância do concelho de Abrantes) de 12 de dezembro de 2014, revogar a deliberação tomada na reunião de 26 de agosto de 2014 que aprovou a aplicação de pena pecuniária no valor de 10.799,40€ (dez mil setecentos e noventa e nove euros e quarenta centimos), por esta não considerar o limite previsto no artº 329º do Código dos Contratos Públicos.

Também nos termos e com os fundamentos do relatório do júri do procedimento, aprovar a aplicação de multa contratual decorrente do artº 17º do Caderno de Encargos, calculada em 1.655,08€ (mil seiscentos e cinquenta e cinco euros e oito centimos), atendendo ao disposto no artº 329º do Código dos Contratos Públicos, que determina que “quando as sanções a que se refere o número anterior revistam natureza pecuniária, o respetivo valor acumulado não pode exceder 20% do valor contratual”.

A presente deliberação deverá ser notificada à empresa interessada, concedendo-se audiência prévia nos termos dos art.2s. 1002 e seguintes do CPA – Código do Procedimento Administrativo, com observância dos requisitos formais previstos no artº 101º, nº 2, do CPA.

À Divisão de Gestão Financeira e Administrativa, para os devidos efeitos.



Divisão de Cultura, Património e Desporto

Nº 11 – Proposta de Deliberação do Vereador Luis Dias, referente à informação nº 74 do serviço de Cultura e Património da Divisão de Cultura, Património e Desporto, datada de 07 de novembro de 2014, acerca do pedido da Palha de Abrantes, Associação de Desenvolvimento Cultural, que solicita a cedência gratuita do Cine Teatro de S. Pedro, em Abrantes, no dia 19 de novembro para exibição do filme “Os Maias” e no dia 20 de Dezembro para a exibição de um filme musicado ao vivo. - 195599

21
65

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a cedência do cine teatro S. Pedro, em Abrantes, nos dias pretendidos, mediante a dispensa total do pagamento das respetivas taxas, no valor de 322,80€ (trezentos e vinte e dois euros e oitenta cêntimos), de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município, face aos esclarecimentos obtidos junto da direção da Associação Palha de Abrantes, as premissas de inclusão e os compromissos de bilheteira assumidos.

À Divisão de Cultura, Património e Desporto para os devidos efeitos.



Nº 12 – Proposta de Deliberação do Vereador Luis Dias, no seguimento da informação nº 87 do serviço de Cultura e Património da Divisão de Cultura, Património e Desporto, datada de 30 de dezembro de 2014, relativa ao pedido apresentado pela Igreja Evangélica para a cedência gratuita do Cine Teatro de S. Pedro, em Abrantes, para realização de um concerto de Natal no dia 10 de janeiro de 2015. - 198296

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a cedência do cine teatro S. Pedro, em Abrantes, no dia 10 de janeiro de 2015, mediante a dispensa total do pagamento das respetivas taxas, no valor de 129,16€ (cento e vinte e nove euros e dezasseis cêntimos), de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município, atendendo à abertura do concerto a toda a comunidade, respeitando-se os princípios da democraticidade de acesso e da liberdade religiosa, consagrada na Declaração Universal dos Direitos do Homem.

À Divisão de Cultura, Património e Desporto para os devidos efeitos.



Divisão de Gestão de Projetos e Produção

Nº 13 – Proposta de Deliberação do Vereador e vice-Presidente da Câmara, João Gomes, no seguimento da informação nº 207 da Divisão de Gestão de Projetos e Produção, datada de 09 de dezembro de 2014, que remete para aprovação o pedido apresentado pela sociedade Lena Engenharia e Construções, S.A.. para substituição da Garantia Bancária constante do processo e que corresponde a 10% dos trabalhos (cobertura) que faltam receber definitivamente no âmbito da empreitada de Parque Desportivo de Abrantes - Execução de Piscinas Municipais. - 196104

Deliberação: Por unanimidade, aceitar a substituição da garantia bancária existente pela garantia bancária nº 483/2014-5, emitida em 01.12.2014 pelo Banco BIC Português, S.A., valor de 43.074,74€.

Proceder-se ao cancelamento da Garantia Bancária nº 352001405, emitida pelo Banif em 18.09.2001, no valor de 143.527,76 €.

01
Cet

Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística

Nº 14 – Proposta de Deliberação do Vereador e vice-Presidente da Câmara, João Gomes, na sequência da informação da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística que refere que a informação técnica n.º 121/14 EO daquela divisão, constante do processo relativo ao pedido de licenciamento para instalação do parque de garrafas de GPL, no Parque Industrial de Abrantes – Zona Norte, Lote I62, requerido por Borda d'Água, Lda., contém erro no ponto 7.1 da proposta ao referir que a capacidade do parque de garrafas de GPL tem 20 m³ de capacidade, quando devia referir que essa capacidade é de 80 m³. – 165343

Assim, sugere a retificação da deliberação da Câmara Municipal de 12 de agosto de 2014 (ponto 22), que transcreve essa capacidade do parque de garrafas de GPL de 20 m³.

Deliberação: Por unanimidade, retificar a deliberação da Câmara Municipal de 12 de agosto de 2014, nos seguintes termos:

Onde se lê: "(...) aprovar o projeto para a instalação do parque de garrafas de GPL com 20 m³ de capacidade (da classe A3 e sujeita ao regime de licenciamento simplificado) (...)", deverá ler-se: "(...) aprovar o projeto para a instalação do parque de garrafas de GPL com 80 m³ de capacidade (da classe A3 e sujeita ao regime de licenciamento simplificado) (...)".



Nº 15 – Proposta de Deliberação do Vereador e vice-Presidente da Câmara, João Gomes, acerca da informação da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística que refere que a informação técnica n.º 149/14 EO daquela divisão, constante do processo relativo ao pedido de licenciamento para instalação do parque de garrafas de GPL, no Parque Industrial de Abrantes – Zona Norte, Lote I71, requerido por Gásunidos – Comércio de Gás e Equipamentos, Lda., contém erro no ponto 7.1 da proposta ao referir que a capacidade do parque de garrafas de GPL tem 20 m³ de capacidade, quando devia referir que essa capacidade é de 80 m³. – 157960

Assim, sugere a retificação da deliberação da Câmara Municipal de 24 de outubro de 2014 (ponto 51), que transcreve essa capacidade do parque de garrafas de GPL de 20 m³.

Deliberação: Por unanimidade, retificar a deliberação da Câmara Municipal de 24 de outubro de 2014, nos seguintes termos:

Onde se lê: "(...) aprovar o projeto para a instalação do parque de garrafas de GPL com 20 m³ de capacidade (da classe A3 e sujeita ao regime de licenciamento simplificado) (...)", deverá ler-se: "(...) aprovar o projeto para a instalação do parque de garrafas de GPL com 80 m³ de capacidade (da classe A3 e sujeita ao regime de licenciamento simplificado) (...)".

E, onde se lê: "(...) *Enviar, à titular do processo, cópia da Informação Técnica nº 126/14 EO, da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística (...)*", deverá ler-se: "(...) *Enviar, à titular do processo, cópia da Informação Técnica nº 149/14 EO, da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística (...)*".



Nº 16 – Proposta de Deliberação do Vereador e vice-Presidente da Câmara, João Gomes, no seguimento da informação da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística que refere que a informação técnica n.º 126/14 EO daquela divisão, constante do processo relativo ao pedido de licenciamento para instalação do parque de garrafas de GPL, no Parque Industrial de Abrantes – Zona Norte, Lote I62, requerido por Abrangás - Armando & Matos, Lda., contém erro no ponto 7.1 da proposta ao referir que a capacidade do parque de garrafas de GPL tem 20 m³ de capacidade, quando devia referir que essa capacidade é de 80 m³. – 173616

Assim, sugere a retificação da deliberação da Câmara Municipal de 26 de agosto de 2014 (ponto 37), que transcreve essa capacidade do parque de garrafas de GPL de 20 m³.

Deliberação: Por unanimidade, retificar a deliberação da Câmara Municipal de 26 de agosto de 2014, nos seguintes termos:

Onde se lê: "(...) *aprovar o projeto para a instalação do parque de garrafas de GPL com 20 m³ de capacidade (da classe A3 e sujeita ao regime de licenciamento simplificado) (...)*", deverá ler-se: "(...) *aprovar o projeto para a instalação do parque de garrafas de GPL com 80 m³ de capacidade (da classe A3 e sujeita ao regime de licenciamento simplificado) (...)*".



Nº 17 - Em anexo, relação de processos da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, despachados pelo vereador João Gomes, ao abrigo das competências que lhe foram subdelegadas pela Presidente da Câmara.

Tomado conhecimento.



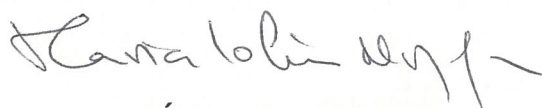
Encerramento da Reunião

E não havendo mais assuntos a tratar, a Presidente da Câmara declarou a reunião encerrada pelas dez horas e cinco minutos.

De tudo para constar se lavrou a presente ata, que se encontra aprovada, com exceção das intervenções dos elementos do executivo não determinantes de deliberação.

A Técnica Superior a redigiu e também a assina.

A PRESIDENTE DA CÂMARA



A TÉCNICA SUPERIOR



Na sequência das informações veiculadas sobre a interrupção da exibição regular das sessões de cinema do cineclube EspalhaFitas, da Palha de Abrantes, Associação de Desenvolvimento Cultural, importa prestar aos nossos munícipes e a esta Câmara Municipal o devido esclarecimento.

Considerando que:

- Houve uma intenção pública deste executivo, legitimada pelo sufrágio de setembro de 2013, de instalação de uma sala de cinema de dimensão adequada à exibição de filmes comerciais e alternativos, conforme compromisso eleitoral e o plano de ação 2013-2017;
- Concretizou-se a recente abertura da sala de cinema no edifício Milenium (27 de novembro de 2014) com um investimento realizado no apetrechamento da mesma, com equipamento digital de qualidade e a consequente melhoria gradual das condições de projeção e exibição;
- Existe necessidade de otimização de recursos humanos e financeiros inerentes à manutenção do Cine-Teatro São Pedro;
- O Cineteatro São Pedro é uma infraestrutura com capacidade para 436 lugares e que as sessões regulares do cineclube EspalhaFitas têm uma média de 10 a 15 pessoas por sessão, excetuando as exibições de filmes comerciais com maior adesão;
- A utilização do Cine-Teatro São Pedro implica um custo médio, por sessão, cerca de €300,00, para um total de 48 exibições anuais regulares (excetuando agosto);
- Esta exibição semanal de filmes, no Cine-Teatro São Pedro implica a afetação sucessiva de colaboradores municipais;
- Não existe qualquer encargo para a Associação Palha de Abrantes pela utilização do Cine-Teatro São Pedro, sendo que as receitas de bilheteira e dos apoios financeiros recebidos por esta entidade, para este projeto (FinAbrantes e Instituto do Cinema e do Audiovisual, I.P) revertem a favor da mesma;
- Existe a predisposição do concessionário da sala de cinema do edifício Milenium para que o cineclube EspalhaFitas possa continuar a exibir sessões regulares de cinema, sem custos adicionais associados, em horário (s) a debater;
- O mérito continuado do projeto EspalhaFitas, a sua dimensão cultural e formativa promovidas há 13 anos pela Associação Palha de Abrantes;
- A existência de outros cineclubes que se adequaram a outras salas e horários, assim como entidades similares que anseiam pelo investimento nas novas plataformas de cinema digital como o verificado em Abrantes;

- Foram realizados diversos contatos entre a Vereação e elementos dos corpos sociais da Associação Palha de Abrantes sobre a necessidade de se criar uma plataforma de entendimento que possibilite uma normal transição digital das sessões regulares de cinema;
- Foi realizada uma exposição e apresentada por escrito a 9 de dezembro de 2014, para a consequente transferência física do cineclube EspalhaFitas para a sala do edifício Milenium;
- Realizou-se uma reunião na sede da Associação Palha de Abrantes a 18 de dezembro onde todos estes pontos foram apresentado e debatidos e posteriormente foi enviada uma comunicação a Presidente da Direção a 23 de dezembro, sobre a necessária adaptação a uma opção estratégica municipal;

Entende este executivo que se trata de uma necessária adaptação a uma nova filosofia organizativa, numa sala adequada aos desafios de exibição, difusão e promoção de obras cinematográficas, aguardando neste momento pela resposta formal da direção da Associação.

Mantém-se o desejo de conseguir uma solução conciliatória para esta situação e para continuar a apoiar a atividade da Associação Palha de Abrantes, num momento em que esta entidade assinala os 20 anos de existência.

Entende ainda este executivo, que o Cine-Teatro São Pedro continuará a promover o trabalho de projeção, produção, programação e planeamento de sessões de cinema, desde que as condições de exibição justifiquem a utilização da sala, face à cartografia cultural atual e às estratégias municipais em curso.

A sua utilização é ainda reforçada pela existência das parcerias efetivas e continuadas com a Escola Superior de Tecnologia de Abrantes (ESTA), designadamente com alunos dos cursos de vídeo e cinema documental e de comunicação social, pelo que se prosseguirá a aposta na qualificação e na definição de diferentes formas de cooperação e de criação de novos conteúdos. Esta asserção será ainda potenciada com a edificação, em curso, dos laboratórios da ESTA no Tecnopolo, fator determinante para uma prática continuada e habilitada das matérias associadas à sétima arte.

Pretende assim, o executivo, que este compromisso é assumido transversal e comumente a todo o tecido associativo concelhio e aos diferentes agentes e atores do nosso território, como linha estratégica de intervenção.

Abrantes, 6 de janeiro de 2015

Handwritten signature/initials

Relação dos processos para a Reunião de Câmara de 06.01.2015

Processo		Requerente, Residência		Descrição, Local da obra	Despacho / Deliberação		
Número	Data	NIF / Cliente Municipal	Nome / Morada		Tipo	Data	Teor
PG12048/2014:185739	22-08-2014	102487600	João Rosa Passarinho / Rua da Glória - Carvalhal	Alteração de habitação / Rua da Glória, n.º 245 - Carvalhal	Despacho	29-12-2014	Rejeitado liminarmente o pedido, com base no não cumprimento das orientações anteriores, concretamente no que se refere à entrega de (indispensáveis) elementos instrutórios. Promova-se audiência prévia do interessado, pelo prazo máximo de 15 (quinze) dias, nos termos dos Artigos 100º e 101º do CPA. Conceda-se o prazo máximo de 30 (trinta) dias iniciados após esse prazo de audiência do interessado, para que o mesmo proceda à instrução de novo procedimento, sendo que o mesmo deverá indubitavelmente apresentar: a) os elementos de carácter instrutório em falta neste processo; b) retificação ao projeto de modo a que não sejam observados incumprimentos por normas técnicas e regulamentares aplicáveis.
PG9023/2014:177573	20-06-2014	157586251	Arsénio Castanho Lopes Nunes / Rua Avejar Machado - União das freguesias de Alvega e Concavada	Alteração/legalização de habitação unifamiliar - Rua Avejar Machado, n.º 8 - União das freguesias de Alvega e Concavada	Despacho	29-12-2014	Deferida licença